

Casa de Sarmiento Centro de Estudos do Património



Apresentação do Projecto

1

Os antecedentes

No seguimento de uma proposta apresentada pelo Prof. Diogo Freitas do Amaral em 1994, o então Reitor da Universidade do Minho decidiu propor à Câmara Municipal de Guimarães a criação naquela cidade de um museu designado *Museu de D. Afonso Henriques*. Esta proposta traduzia a visão do Prof. Sérgio Machado dos Santos, que pensava ser necessário promover em

Guimarães uma iniciativa de natureza cultural que traduzisse a importância da actividade da instituição na cidade, à semelhança do que acontecia em Braga praticamente desde a altura em que Universidade foi fundada.

Posteriormente, através do Despacho RT-32/96, de 21 de Junho de 1996, foi criada a Comissão Instaladora do Museu de D. Afonso Henriques, para a qual foi nomeado Carlos Bernardo, Vice-Reitor da Universidade do Minho, na qualidade de Presidente, os Professores José Marques, Altamiro Barbosa Machado, Maria Norberta Amorim e Ana Maria Rodrigues e os drs. Joaquim Santos Simões e Armindo Costa e Silva, este último em representação da Câmara Municipal de Guimarães, a que veio juntar-se, por aditamento de 30 de Dezembro de 1996, o Prof. Doutor Diogo Freitas de Amaral. A composição da Comissão Instaladora foi aprovada pela Câmara Municipal de Guimarães na sua reunião de 30 de Abril de 1997. Posteriormente, foi convidado para a Comissão, como perito especialista, o dr. Alberto Correia, director do Museu Nacional de Grão Vasco.

Logo no início das suas funções a Comissão Instaladora entendeu que o Museu de D. Afonso Henriques deveria corporizar o conhecimento existente sobre o primeiro rei de Portugal e a sua época, com todo o rigor conferido pela ciência histórica, apresentado de forma tão acessível e atraente quanto a tecnologia disponível o permitisse. Para garantir aquele rigor, e sendo a História uma ciência em permanente construção, o museu deveria agregar um *Centro de Investigação Histórico-Documental* que, de forma continuada, actualizasse os conhecimentos sobre a época e fornecesse novas matérias expositivas. Para poder exercer tal função, o Centro deveria possuir uma biblioteca especializada com acesso a toda a documentação referente ao século XII português, existente nos arquivos portugueses e estrangeiros. O Centro deveria dispor ainda de um quadro de investigadores permanentes próprio, ainda que reduzido, sem prejuízo de poder convidar investigadores e profissionais de reconhecido mérito a desenvolver projectos de investigação sobre D. Afonso Henriques e a sua época, conceber produtos multimédia e comissariar exposições temporárias sobre aspectos particulares dessa temática. Deveria também realizar, com regularidade, jornadas de estudo, palestras, colóquios e outros encontros científicos abertos ao público. Todas estas ideias, juntamente com o Guião, os Critérios Expositivos e um Orçamento

estimativo, integravam o projecto do Museu, constante do documento *Proposta de Implementação*, preparado pela Comissão Instaladora e apresentado à Universidade do Minho e à Câmara Municipal de Guimarães em Janeiro de 1998.

Após a aprovação deste documento foi sentida a necessidade de desenvolver um estudo preliminar de viabilidade do projecto do Museu e o correspondente modelo de gestão. Este novo documento, também preparado pela Comissão Instaladora com base num trabalho de uma consultora canadiana, a *Experience Internacional*, veio a ser submetido às duas instituições promotoras e aprovado em Outubro de 1999. Tratava-se de um projecto realista e sustentável a prazo, mas de uma dimensão considerável, dado que previa um investimento inicial de 2.250.000.000\$00 e um subsídio à exploração nos primeiros 3 anos de funcionamento de 150.000.000\$00, o que pressupunha um apoio claro por parte do governo, que nunca chegou a materializar-se. Talvez por isso não foi considerado oportuno passar à fase seguinte do projecto, a preparação dos *Estudo e conceito museológicos*, o que envolveria um investimento de várias dezenas de milhares de contos, sem garantia suficiente de continuação do processo. Em consequência deste facto a Comissão Instaladora deixou na prática de funcionar e o projecto do Museu encontra-se parado há quase 2 anos.

Assim que os contornos do projecto começaram a ficar definidos, foi claramente entendido por todas as partes envolvidas que a contribuição da Universidade, depois da fase de instalação do Museu, seria, no essencial, para além do enquadramento científico, a responsabilidade pela implementação e gestão, científica e financeira, do Centro de Investigação que lhe serviria de suporte. Esta posição permitia concretizar a visão do Prof. Machado dos Santos, dado que correspondia à criação de uma Unidade Cultural em Guimarães de importância e dimensão proporcional ao investimento feito pela Universidade do Minho nas unidades culturais em Braga. Deste modo, o impasse no processo do Museu de D. Afonso Henriques representava para a Universidade a impossibilidade de concretização daquela visão.

Isto mesmo foi compreendido pelo actual Reitor, Prof. Licínio Chainho Pereira, que, na fase em que se procurava encontrar o investimento necessário para a construção do Museu, face às dificuldades que se verificaram, garantiu que, mesmo que o processo se não concretizasse, a Universidade responsabilizar-se-ia por criar, por iniciativa própria, uma Unidade Cultural em Guimarães.

A presente *Proposta* pretende, assim, dar o primeiro passo para o cumprimento dessa promessa e simultaneamente, para concretizar a visão de uma universidade com actividades de extensão cultural nas duas cidades em que exerce a sua actividade.

2

A oportunidade

Embora partindo do conceito de um Centro de Investigação Histórico-Documetal dedicado a D. Afonso Henriques e ao século XII português é indiscutível que, nas circunstâncias actuais, não existindo qualquer certeza sobre o projecto do Museu, uma Unidade Cultural a implementar em Guimarães deve procurar um projecto independente ligado, sobretudo, à realidade e dinâmica locais.

Uma das associações culturais mais importantes de Guimarães, quiçá a mais importante, é a Sociedade Martins Sarmento, adiante designada por *Sociedade*, com a qual a Universidade do Minho vem colaborando há muitos anos, dando o apoio possível sempre que solicitada, designadamente através da Unidade de Arqueologia. A Direcção da Sociedade pretende agora dar uma nova dimensão a esta colaboração, tendo recentemente apresentado à Universidade uma proposta nesse sentido. Essa proposta tem como principal motivação a procura de uma parceria sustentável, em que a Universidade assegurava o essencial das valências científicas da Sociedade (museu, biblioteca, arquivo, estações arqueológicas, publicações) e a Direcção assumia as vertentes relacionadas com a gestão corrente (incluindo a área administrativa e de conservação do património imobiliário). Pretendia-se, assim, encontrar um modelo de colaboração de interesse para ambas as partes, que, por um lado, garantisse à Sociedade uma estabilidade científica continuada, e, por outro, desse à Universidade acesso privilegiado a um património de inestimável valor cultural e elevado potencial científico (ver descrição no Anexo I).

Por indicação directa do Reitor ficou o Vice-Reitor Carlos Bernardo encarregue de prosseguir os contactos com a Sociedade Martins Sarmento, no sentido de

avaliar a possibilidade de concretizar o projecto de extensão cultural atrás referido. Foi desde logo evidente que não faria qualquer sentido tentar isso através da integração da Sociedade Martins Sarmento na Universidade do Minho. Pelo contrário, pareceu preferível a criação uma Unidade Cultural, com acesso directo ao património da Sociedade, através de um protocolo de colaboração entre as duas instituições. A esta unidade poder-se-iam juntar posteriormente outras entidades, por exemplo, a Câmara Municipal de Guimarães, que, por via do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, possuidor de um espólio documental mais vasto e rico do que muitos arquivos distritais, oferece condições ímpares para a realização de estudos históricos. Essa Unidade Cultural pertenceria exclusivamente à Universidade, com o estatuto e a autonomia que a instituição entender conferir-lhe. É necessário, contudo, definir concretamente os seus objectivos científicos, de forma a garantir a implementação do projecto de extensão cultural da Universidade do Minho.

3

O objectivo científico

Um bom objectivo para uma Unidade Cultural da Universidade do Minho em Guimarães, potenciador de investigação, gerador de produtos culturais relevantes e com a capacidade de convocar vontades, recursos e financiamento, poderia ser o estudo do Património, com uma forte componente de História Local, em cooperação com a Sociedade Martins Sarmento.

A vertente do património encontra a sua razão de ser nas características urbanas de Guimarães, que justificam o esforço considerável que tem sido desenvolvido na reabilitação do centro histórico da cidade. A Guimarães “de intramuros” vem sendo objecto de um conjunto de intervenções que não se limitaram a simples intervenções cosméticas de remoção dos estragos e das cicatrizes que a passagem dos anos e a acção do homem exercem sobre o património construído. A operação foi muito mais profunda, procurando respeitar a harmonia dos materiais e a integração na paisagem urbana. Construiu-se um novo património que teve o condão de valorizar o passado.

A regeneração do centro histórico de Guimarães colhe hoje reconhecimento nacional e internacional, sendo descrita como um caso exemplar de uma intervenção urbana bem sucedida, de que é prova o recente sucesso da candidatura de Guimarães à condição de Património da Humanidade classificado pela UNESCO. Neste contexto, fará todo o sentido instalar em Guimarães, em pleno centro histórico, uma unidade de investigação que se debruce sobre problemática do património.

A componente da **História Local** assume particular premência num tempo marcado por uma crescente globalização e propensão para a massificação e uniformização cultural, em que urge desenvolver a consciência do valor da história e do património enquanto marcas da herança cultural colectiva.

É bem conhecida a relação muito especial que as gentes de Guimarães mantêm com a história da sua terra, em grande medida justificada pelo facto dos seus anais terem raízes nos primórdios da nacionalidade. Por outro lado, esta cidade é pioneira no estudo da história local, remontando ao século XVII as *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, do Padre Torquato Peixoto de Azevedo. Em finais do século XIX, à imagem do que sucedia um pouco por todo o lado, o interesse pela história local ressurgiu em Guimarães. À volta de Francisco Martins Sarmiento e do seu interesse pelo passado e pela arqueologia, e da Sociedade que se constituiu em sua homenagem, desenvolveu-se a actividade de um importante núcleo de estudiosos, entre os quais Alberto Sampaio, o Abade de Tagilde, João de Meira, Eduardo de Almeida, o Padre António José Ferreira Caldas. Depois destes, a história local de Guimarães foi sendo escrita por diversos estudiosos cujas obras ostentam marcas indeléveis de um imenso amor ao velho burgo.

Em tempos mais recentes, tem-se reavivado o interesse pela história local e pela micro-história, que passou a abordar um leque mais alargado de assuntos, como a economia, a sociedade, as mentalidades, a demografia, os costumes, a religiosidade, a organização política e administrativa, a história militar, o património cultural e artístico, o urbanismo, o quotidiano, a alimentação, o abastecimento público, a assistência, a saúde, as epidemias, as festividades. As novas linhas de investigação, apoiadas em metodologias

actuais de pesquisa e servindo-se dos recursos das tecnologias da informação, inserem-se, em larga medida, em projectos já enquadrados pela Universidade do Minho, em especial os que visam a produção de dissertações de mestrado ou doutoramento. Desta nova realidade resulta que a história local se está a tornar progressivamente num importante campo de trabalho para historiadores *profissionais* e que a Universidade está bem posicionada para deter uma posição de destaque neste domínio.

4 O projecto

A Unidade Cultural a criar pela Universidade do Minho, em colaboração com a Sociedade Martins Sarmento, poderá, assim, assumir a forma de um **Centro de Estudos do Património**. A ideia consiste na criação, a par de um núcleo de investigação central, de um Centro de Documentação, com a integração do acervo bibliográfico e documental da Sociedade, assumindo a Universidade do Minho o seu tratamento, catalogação, digitalização e colocação em rede. A prazo, como se referiu, seria de encarar a possibilidade de interacção com o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

Uma outra valência do Centro poderá ser a Conservação e Restauro, através de um núcleo vocacionado para o património material, com capacidade para desenvolver projectos de inventário, apoio técnico à catalogação, restauro e musealização de monumentos e documentos com valor patrimonial. Este sector terá condições para se tornar num ponto de confluência de competências das áreas da arqueologia, história da arte, arquitectura e engenharia da Universidade do Minho. Poder-se-ia considerar mesmo a criação de um laboratório de materiais vocacionado para a conservação e restauro de peças museológicas. Por esta via, seria possível apoiar as áreas do Museu e dos sítios arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento.

Como é óbvio, embora emergindo de uma parceria com a Sociedade Martins Sarmento e tendo sede em Guimarães, este Centro de Estudos não teria por

objecto exclusivo, nem o estudo do património da Sociedade, nem da história local vimaranense, mas sim a investigação do património em geral e da história local enquanto ramo do saber. Assim, os seus objectivos principais seriam:

- I – a promoção da cooperação da Universidade do Minho com a comunidade em geral, e a vimaranense em particular;
- II – o desenvolvimento de actividades de índole cultural;
- III – o enquadramento de projectos de investigação no âmbito dos estudos sobre o Património e a História Local;
- IV – o apoio à aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos em projectos de restauro e conservação de património material;
- V – o estabelecimento de acções de cooperação científica e captação de financiamentos com instituições nacionais e internacionais.
- VI – a realização de acções de formação em áreas pertinentes para os objectivos específicos da Unidade;
- VII – a recolha, tratamento e disponibilização de fundos documentais relacionados com o património e a história local;
- VIII – a organização de um fundo iconográfico de Património e História Local através, nomeadamente, da recolha, catalogação e digitalização de fotografias e outros suportes de imagens.
- IX – a edição e divulgação de inventários, catálogos e outros elementos destinados a facilitar aos investigadores a consulta de documentos;
- X – a publicação de fontes documentais e de estudos;
- XI – a utilização das novas tecnologias da informação em projectos de investigação, produção e divulgação de conteúdos relacionados com as problemáticas históricas e patrimoniais.

Instalações, estrutura organizacional e modelo de gestão

1

Instalações

Como se referiu acima, fará todo o sentido instalar em Guimarães, em pleno centro histórico, uma Unidade Cultural da Universidade do Minho dedicada ao estudo do património e da história local. Assim, no âmbito do protocolo a estabelecer, a Sociedade Martins Sarmiento propõe-se assegurar, sem custos para a Universidade, instalações em edifício de sua propriedade, com valor patrimonial e localização privilegiados. Este edifício é a chamada *Casa de Sarmiento*, um palacete do século XIX que pertenceu a Martins Sarmiento, situado no largo que tem o nome do arqueólogo vimaranense. O largo, localizado na base da colina do Castelo onde se supõe que corria o pano de muralha que outrora terá separado as duas vilas que constituíram o burgo medieval, está servido por bons acessos e por um amplo parque de estacionamento público.

Foi nesta casa que Francisco Martins Sarmiento desenvolveu o essencial dos seus trabalhos de investigação, que o viriam a tornar numa figura proeminente da arqueologia internacional do seu tempo. Após a sua morte o edifício foi legado à Sociedade Martins Sarmiento, com a obrigação de nele estabelecer um "instituto por ela organizado, de harmonia com os seus fins".



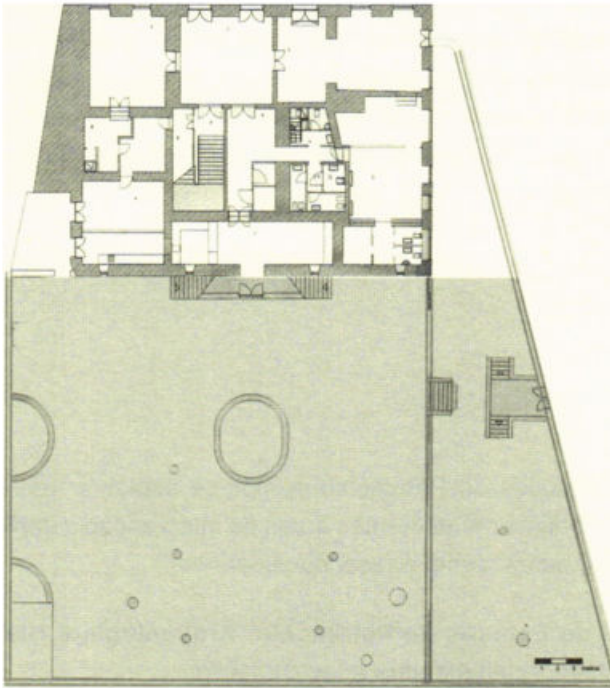
A partir de 1934, o edifício esteve cedido, a título de empréstimo, à Câmara Municipal de Guimarães para nele se instalarem os serviços da Autarquia e

os do Registo Civil e, posteriormente, a Repartição de Finanças que aí se manteve até 1974, quando um incêndio destruiu todo o imóvel. Em 1992 foi assinado um contrato entre a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal para instalar no edifício o Arquivo Municipal, propósito que nunca se concretizou, uma vez que o Arquivo acabou por ser instalado junto à actual Biblioteca Municipal. No entanto, a Câmara assumiu o compromisso de recuperar todo o edifício, como contrapartida à autorização de utilização temporária do rés-do-chão e uma parte do 1.º andar por uma instituição dedicada à educação de idosos. Até ao momento já se concretizou a primeira fase das obras projectadas, tendo sido recuperado todo o exterior, com excepção do telhado. Num primeiro momento serão disponibilizados para a Unidade Cultural da Universidade do Minho uma parte significativa do 1.º andar e todo o 2.º andar do edifício, bem como o terreno actualmente ocupado pelo jardim, que pode ser encarado como uma bolsa de crescimento futuro.



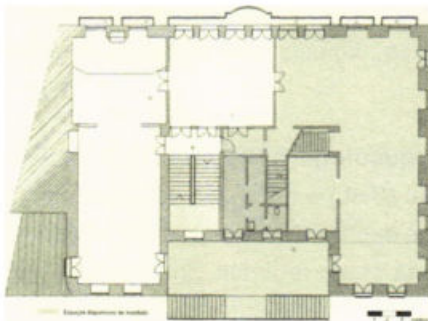
Casa de Sarmento, vista do Largo M. Sarmento.

Apresentam-se a seguir as plantas correspondentes aos diferentes pisos e ao jardim.

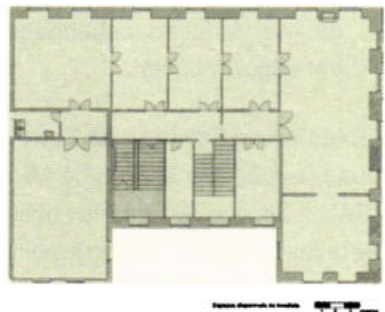


ESCALA: Espaços disponíveis de imediato

Planta do rés-do-chão e do jardim.



Planta do 1.º andar.



Planta do 2.º andar.

No total estão disponíveis espaços com uma área bruta (coberta) de 650 m² e uma área de jardim de 1000 m². Estes espaços julgam-se suficientes para alojar uma entidade com o perfil do Centro de Estudos do Património. Dado que serão objecto da 2.ª fase das obras de restauro, cujo início está previsto para breve, poderá haver interesse da parte da Universidade na análise do projecto de reconstrução, de modo a adaptá-lo às necessidades previsíveis. A prazo, o Centro poderá ocupar todo o edifício. Por estas razões, propõe-se que a nova Unidade Cultural da Universidade do Minho seja designada por *Casa de Sarmento*.

2 Estrutura Organizacional

O Centro de Estudos do Património propõe-se implantar um conjunto de valências distribuídas por diferentes áreas de intervenção a implementar em 2 fases. Assim, numa primeira fase, considera-se:

- O **Núcleo de Estudos de Património, Arqueologia e História Local** (NEPAHL), vocacionado para a investigação;
- O **Núcleo de Estudos Vicentinos** (NEV), vocacionado para o estudo e divulgação da obra de Gil Vicente;
- O **Núcleo de Documentação Abade de Tagilde** (NDAT), vocacionado para o tratamento técnico de fundos documentais e bibliográficos através da inventariação, catalogação, pesquisa, digitalização e disponibilização em suporte digital.

O **Núcleo de Estudos de Património, Arqueologia e História Local** incluirá duas secções: a Secção de História Local (SHL) e a Secção de Arqueologia (SA). A Secção de História Local propõe-se desenvolver e enquadrar projectos de investigação dentro do âmbito da história local e regional. Em princípio, não se prevê que este núcleo disponha de um corpo permanente de investigadores. A SHL enquadrará projectos de investigação próprios e projectos resultantes

da iniciativa da comunidade científica externa, procurando captar recursos para o financiamento das suas linhas de investigação em concursos públicos. São igualmente objectivos da SHL a realização de jornadas de estudo, palestras, colóquios e outros encontros científicos abertos ao público, assim como a publicação de actas resultantes das suas actividades, catálogos, edições de fontes, bibliografias, ensaios, estudos, recorrendo, sempre que possível e necessário, a parcerias com outras instituições. A Secção de Arqueologia (SA), tem como objectivos desenvolver projectos de inventário de património móvel e construído, de tratamento museológico, com vocação para prestação de serviços a entidades públicas e particulares. Para o desenvolvimento das actividades da SA está prevista a contratação de um corpo de pessoal técnico constituído por profissionais de arqueologia e museologia (2 técnicos superiores e 2 técnicos profissionais).

O **Núcleo de Estudos Vicentinos** tem como objectivos o estudo e a difusão da obra do escritor Gil Vicente. O NEV será depositário do fundo documental sobre Gil Vicente pertencente à Câmara Municipal de Guimarães, propondo-se promover o seu tratamento e a instalação de condições para a sua consulta e divulgação. A actividade deste Núcleo, para além de projectos de investigação próprios, acolherá iniciativas da comunidade científica, procurando captar recursos para o financiamento das suas linhas de investigação em concursos públicos, recorrendo, sempre que possível e necessário, a parcerias com outras instituições. O NEV promoverá a realização de seminários, palestras, colóquios e outros eventos de carácter científico e cultural, assim como a publicação, em suporte impresso e digital, de fontes, bibliografias, ensaios e outros estudos dedicados à temática vicentina e à história do teatro português.

O **Núcleo de Documentação Abade de Tagilde** propõe-se proceder ao tratamento técnico de fundos bibliográficos e documentais através da sua inventariação, catalogação e digitalização¹, bem como disponibilizar apoio técnico a arquivos e bibliotecas de entidades públicas e particulares, tendo em vista a conservação, o restauro e a valorização de acervos bibliográficos e documentais com valor patrimonial. Neste contexto, o apoio ao tratamento do acervo bibliográfico e documental da Sociedade Martins Sarmiento assume carácter prioritário no conjunto dos objectivos de trabalho do Centro de Documentação. Para a concretização das actividades do NDAT prevê-se a

necessidade de contratação de um corpo de pessoal técnico constituído por profissionais de biblioteca/arquivo e de informática (1 técnico superior e 3 técnicos profissionais).

Numa segunda fase, prevê-se a criação de um **Núcleo de Conservação e Restauro (NCR)**, com aptidão para intervenções no campo do restauro e da conservação preventiva de espécimes do património material. O NCR pressupõe a criação de uma valência com um perfil pioneiro e inovador, com um amplo campo de intervenção e um elevado potencial técnico e científico, disponibilizado pelos laboratórios da Escola de Engenharia da Universidade do Minho. O NCR terá como objectivo promover e realizar projectos de investigação na área da conservação e restauro de materiais, bem assim como prestar serviços à comunidade relacionados com esta problemática. As áreas de actuação do NCR prendem-se com:

- edifícios e monumentos;
- materiais têxteis;
- materiais arqueológicos (metais, cerâmicos e vidros)
- obras em madeira.

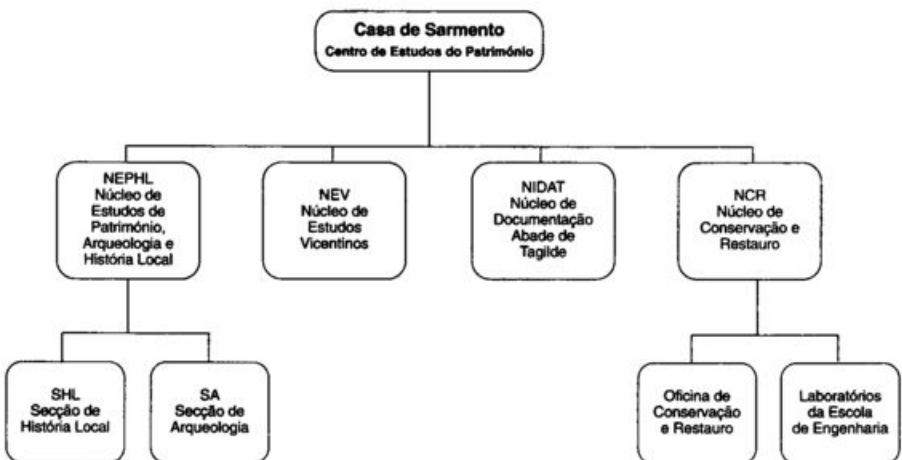
Do ponto de vista funcional, o NCR subdivide-se em duas vertentes: a **Oficina de Restauro** e os **Laboratórios da Escola de Engenharia**. A Oficina de Restauro resulta da necessidade de encontrar resposta para os problemas com que se deparam as instituições e particulares que necessitam de serviços na área da conservação e restauro de património material. O que se propõe é a criação de uma oficina especializada em restauro de espécimes com valor patrimonial. Para esta valência está prevista a criação de um quadro de pessoal composto por 1 técnico superior de conservação e restauro e 2 técnicos profissionais da mesma área. Para as vertentes da investigação, o NCR recorrerá às valências científicas já existentes ou em vias de consolidação na Universidade do Minho, nomeadamente:

- na vertente de edifícios e monumentos recorrerá principalmente a investigadores e aos laboratórios dos Departamentos de Engenharia Civil e de Engenharia Mecânica;

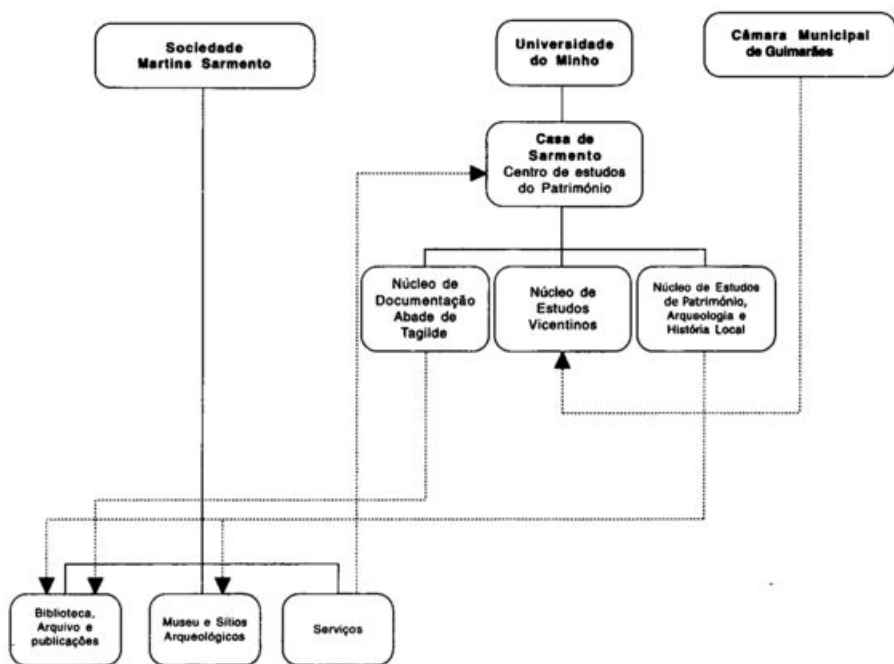
- no domínio dos materiais têxteis, fará apelo aos conhecimentos existentes no Departamento de Engenharia Têxtil;
- no que toca aos materiais arqueológicos, seu estudo, conservação e restauro, contar-se-á com a experiência do Laboratório de Análises Químicas (inserido no Departamento de Engenharia Mecânica);
- no que toca à conservação e restauro da madeira recorrer-se-á às valências em vias de desenvolvimento nos Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia Civil na área da tecnologia destes materiais.

Assim, o Núcleo funcionará suportado principalmente nos laboratórios que a Universidade do Minho tem actualmente disponíveis. Eventualmente, e se se afigurar pertinente, poderá recorrer à aquisição de equipamentos laboratoriais complementares. Embora, numa primeira fase, o NCR funcione na clara dependência técnica e científica de pessoal da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, não é de excluir que, em função da sua dinâmica, desenvolva competências próprias, alargando a oferta de serviços a outras actividades correlacionadas com a conservação e o restauro.

Em síntese, a Unidade Cultural terá a estrutura prevista no organigrama seguinte, em que se assinalam com fundo cinza as unidades a implantar na segunda fase:



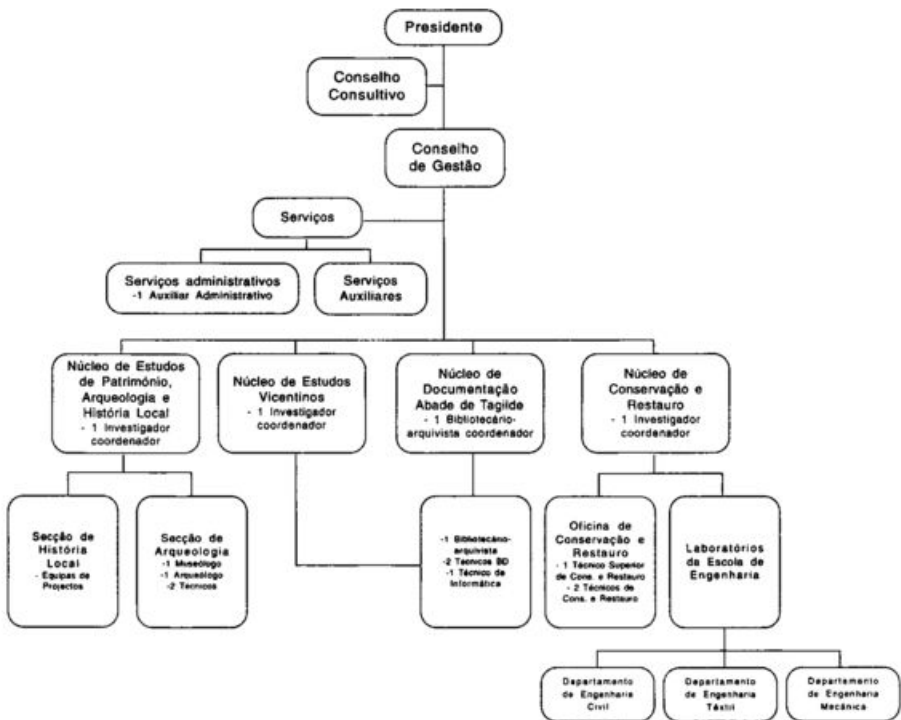
Por sua vez, a interação entre as unidades do Centro que funcionarão na primeira fase, as actuais valências da Sociedade Martins Sarmiento, e a Câmara Municipal de Guimarães, enquadradas por um protocolo a estabelecer entre as três partes, far-se-á do seguinte modo:



3

Modelo de gestão

O modelo de gestão da Casa de Sarmiento – Centro de Estudos do Património, desenvolver-se-á de acordo com o organograma seguinte, no qual estão igualmente assinaladas com fundo cinza as unidades a implantar na segunda fase:



O Presidente, nomeado pela Universidade do Minho, é o responsável máximo pelos destinos do Centro de Estudos do Património, e preside ao Conselho Consultivo e de Gestão.

O Conselho Consultivo será constituído por personalidades de reconhecido mérito, que se movimentem dentro dos sectores de actividade ligados à vocação da Unidade, tanto da Universidade do Minho como da comunidade em geral.

O Conselho de Gestão é composto pelo Presidente da Unidade e pelos coordenadores dos três núcleos que a compõem. Reúne mensalmente e tem como tarefas a concertação de projectos e a planificação de actividades a desenvolver. Coordena e agrupa todas as actividades de planificação, criação,

produção e divulgação desenvolvidas pelo Centro. O Presidente poderá delegar parte das competências da direcção num dos coordenadores.

Os coordenadores exercem as tarefas de supervisão, coordenação e fiscalização das actividades desenvolvidas por cada um dos núcleos que compõem o Centro. Em princípio, os lugares de coordenadores serão preenchidos por investigadores ou docentes da Universidade do Minho, sendo de prever que não acarretem custos acrescidos para a Unidade. Poderão, eventualmente, ser designados entre os membros do corpo técnico dos respectivos núcleos.

A estrutura dos serviços será tão ligeira quanto possível, estando apenas previsto um funcionário para apoio ao Presidente.

Anexo I

Património e actividades da Sociedade Martins Sarmiento

A Sociedade Martins Sarmiento foi fundada em 1881, em homenagem ao arqueólogo da Citânia de Briteiros. É uma associação cultural, de utilidade pública, com cerca de meio milhar de membros. Está instalada num edifício de sua propriedade, na rua de Paio Galvão, constituído, em parte, por dependências do extinto Convento de S. Domingos. É nesse espaço (escadaria de S. Domingos e claustro gótico, ao qual, em finais do século XIX, foi sobreposto um segundo piso) que está instalado o Museu Arqueológico. O edifício integra ainda um corpo voltado para a rua de Paio Galvão, obra do Arq.^{to} Marques da Silva, dos primeiros anos do séc. XX, onde se situam os Serviços Administrativos e o Salão Nobre, e um corpo intermédio, inaugurado em 1967, que alberga as instalações da Biblioteca (Sala de Leitura e depósitos de livros) e da sala de exposições temporárias.

1

Museu

O Museu da Sociedade Martins Sarmiento é um dos mais antigos museus arqueológicos portugueses. A sua primeira instalação data de 1885. Grande parte das peças expostas pertenceu à colecção particular de Martins Sarmiento. Os objectos arqueológicos e artísticos do Museu distribuem-se por cinco secções:

- **Secção de epigrafia e escultura antiga** (escadaria do antigo convento de S. Domingos, piso inferior do claustro e jardim).
- **Secção das indústrias pré e proto-históricas** (galeria superior do claustro).
- **Secção de numismática, esfragística e megalítica** (galeria superior do claustro).
- **Secção de etnografia moderna** (actualmente em reserva).
- **Secção de arte moderna e contemporânea** (actualmente em reserva).

Por motivos de segurança, a Sociedade Martins Sarmiento tem guardado, em cofre bancário, um conjunto de objectos em ouro de grande valor patrimonial, que podem vir a constituir um dos principais pólos de atracção de um Museu renovado.

2 Biblioteca, arquivo e hemeroteca

A biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento é o sector da instituição que atrai maior número de investigadores. É impossível, no actual estado de organização e funcionamento da biblioteca, indicar com precisão a quantidade de livros que a Sociedade possui. Por aproximação, calcula-se que serão cerca de oitenta mil volumes, distribuídos por dois mil metros lineares de prateleiras. O principal veículo de incorporação de livros na Biblioteca decorre de doações de bibliotecas particulares. Mercê da variedade dos interesses culturais ou profissionais dos doadores, a Sociedade foi reunindo impressionantes fundos especializados em áreas do conhecimento como a história, a arqueologia, a etnografia, a medicina, o direito, a religião.

Do conjunto da Biblioteca, destacam-se o fundo de *livro antigo*, de dimensão e qualidade excepcionais, e o Fundo Local, que integra praticamente tudo o que em Guimarães, sobre Guimarães ou de autores vimaranenses se publicou até aos nossos dias.

A biblioteca inclui também uma vastíssima colecção de revistas científicas, nacionais e estrangeiras.

A Sociedade Martins Sarmiento dispõe ainda de uma **hemeroteca**, constituída por publicações periódicas que, desde 1822 até aos nossos dias, se editaram em Guimarães. Distribui-se por quase dez metros lineares de estante, num total de mais de 250.000 páginas.

O **arquivo documental** da Sociedade Martins Sarmiento é composto por cerca de trinta mil peças, as mais antigas do século XII. Integra documentação de origem diversificada e espólios de investigadores e escritores (Martins Sarmiento, Abade de Tagilde, Albano Belino, João de Meira, João Lopes de Faria, etc.).

3 Propriedades arqueológicas da Sociedade Martins Sarmento

Para além de administrar e conservar duas *estações arqueológicas* de grande importância no contexto da cultura castreja, a Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso, a Sociedade Martins Sarmento é proprietária dos seguintes monumentos arqueológicos:

- **Mamoia de Donai** (freguesia de Donai, Concelho de Bragança).
- **Dólmen de Pera do Moço** (freguesia de Pera do Moço, Concelho da Guarda).
- **Gruta pré-histórica das Coriscadas e Penedo de Cuba** (freguesia de Soalhões, Concelho de Marco de Canaveses).
- **Forno dos Mouros** (freguesia das Carvalhas, Concelho de Barcelos).
- **Laje dos Sinais** (freguesia das Carvalhas, Concelho de Barcelos).
- **Mamoia da Bouça da Agrela ou da Gândara** (freguesia do Salvador de Briteiros, Concelho de Guimarães).
- **Mamoia da Bouça Nova** (entre as freguesias de Caldelas e de S. Cláudio do Barco, Concelho de Guimarães).
- **Penedo com círculos concêntricos** (freguesia do Salvador de Briteiros).
- **Penedo com *fossettes*** (freguesia do Salvador de Briteiros).

4 Imóveis da Sociedade Martins Sarmento

Para além do edifício da sua sede, a Sociedade possui os seguintes imóveis:

Casa que pertenceu ao Dr. Francisco Martins Sarmento, no Largo de Martins Sarmento, da freguesia da Oliveira, em Guimarães. Foi legada à Sociedade por Martins Sarmento, “para estabelecer nela qualquer instituto por ela organizado, em harmonia com os seus fins”, disposição testamentária que ainda não foi concretizada. É constituído por três pisos, com uma área construída total de 1320 m², e por um jardim com mais de 1000 m².

Casa e Quinta da Ponte, na freguesia de S. Salvador de Briteiros. Trata-se de um complexo agrícola composto por solar, terreiro com tanque, alpendre, eira, edificações anexas (em ruínas), moinho, ribeiro e açude. A área da quinta estende-se por aproximadamente 5 hectares. Foi legado à Sociedade pela falecida esposa de Martins Sarmiento D. Maria de Freitas Aguiar Martins Sarmiento. A casa foi recentemente restaurada, projectando-se para esse espaço a instalação de um *Museu de Cultura Castreja*.

Bouças em S. Salvador e Santa Leocádia de Briteiros e em S. Lourenço de Sande, com uma área total de 573 470 m². Estas bouças, susceptíveis de transacção imobiliária, estão actualmente avaliadas em mais de duzentos mil contos. Resultam de disposições testamentárias de Francisco Martins Sarmiento e da sua viúva, D. Maria de Aguiar Martins Sarmiento.

Casa de habitação do guarda da Citânia, em S. Salvador de Briteiros.

Para além de assegurar as actividades do Museu, da Biblioteca e dos sítios arqueológicos à sua guarda, a Sociedade Martins Sarmiento desenvolve uma intensa actividade editorial (meia centena de títulos – cerca de 10 000 páginas – publicados na última década), da qual se destaca a *Revista de Guimarães*, que, passados quase 120 anos após o lançamento do primeiro número, continua a ser a sua principal referência editorial. Promove ainda um conjunto de iniciativas (congressos, seminários, colóquios, exposições, concertos, etc.) que marcam presença constante na agenda cultural vimaranense.

Para fazer frente à gestão do seu património e ao desenvolvimento das suas actividades, a Sociedade Martins dispõe apenas de quatro funcionários administrativos, um porteiro e um guarda (na Citânia de Briteiros). O essencial do trabalho de gestão corrente, de protecção do seu património e de promoção de actividades culturais e editoriais é assegurado pela dedicação a tempo inteiro e em regime exclusividade de funções (não remuneradas) de dois dos seus directores, com o apoio da restante direcção.

Nota

¹ Em princípio, a instalação do equipamento técnico indispensável para o funcionamento desta valência não acarretará custos acrescidos para a Unidade Cultural, uma vez que a Sociedade Martins Sarmiento aguarda que o mesmo seja financiado pelo Plano Operacional da Cultura, na sequência de candidatura que apresentou (actualmente em curso).

Protocolo de colaboração entre a Universidade do Minho, a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães

A Universidade do Minho, a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães, consideram de mútuo interesse para a prossecução dos seus objectivos o estabelecimento de cooperação técnico-científica no âmbito de uma Unidade Cultural, a criar pela Universidade do Minho, descrita no documento anexo. Por isso, as três entidades, representadas respectivamente pelo Reitor da Universidade do Minho, pelo Presidente da Direcção da Sociedade Martins Sarmento e pelo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, celebram o presente protocolo, nos seguintes termos:

- 1) A Sociedade Martins Sarmento é dona e legítima possuidora de um prédio composto por edifício de três andares, com área construída de 1320 m², e jardim, com 1000 m², situado no Largo Martins Sarmento, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 211 da freguesia da Oliveira e inscrito na respectiva matriz urbana sob o art.º 161, e que foi residência do arqueólogo Francisco Martins Sarmento, que o legou à Sociedade com a obrigação de nele estabelecer um "instituto por ela organizado, de harmonia com os seus fins". Através do presente protocolo, a Sociedade Martins Sarmento procede à cedência desse prédio à Universidade do Minho, para que esta o detenha, guarde, utilize e restitua, nos termos das cláusulas seguintes:

Primeira

O prédio é entregue trinta dias após a data da assinatura do presente protocolo, devendo ser detido pela Universidade do Minho pelo prazo de 25 anos, renovável por períodos de 10, se o protocolo não for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de um ano, por carta registada com aviso de recepção.

Segunda

A Universidade do Minho obriga-se a respeitar os termos do contrato de arrendamento estabelecido pela Sociedade Martins Sarmento com a UNAGUI,

com vigência até 13 de Maio de 2012, relativo à ocupação da parte do edifício indicada nas páginas 8 e seguintes do documento anexo ao presente protocolo.

Terceira

A ocupação, detenção e fruição do imóvel por parte da Universidade do Minho são inteiramente gratuitas, sem prejuízo de esta, no âmbito das actividades da referida Unidade Cultural, se comprometer a dar acompanhamento técnico e científico à Sociedade Martins Sarmento, nomeadamente assegurando a informatização dos ficheiros da Biblioteca Pública e do Arquivo da SMS e respectiva integração na rede de Bibliotecas da Universidade, apoiando a reestruturação e modernização do Museu, promovendo a preservação e o estudo dos sítios arqueológicos que são propriedade ou estão sob administração da Sociedade Martins Sarmento e coadjuvando a actividade editorial de natureza científica da SMS.

Quarta

O imóvel entregue à Universidade do Minho só poderá ser utilizado por esta com o exclusivo fim de nele instalar uma Unidade Cultural, salvo se a Sociedade Martins Sarmento consentir, por escrito, que lhe seja dado outro destino.

Quinta

Terminada a vigência do presente protocolo, a Universidade do Minho compromete-se a restituir à Sociedade Martins Sarmento o imóvel em bom estado de conservação, quer interior quer exterior.

Sexta

A Sociedade Martins Sarmento reserva-se o direito de exigir a resolução de qualquer das cláusulas acima referidas, no caso de incumprimento pela Universidade do Minho, independentemente do tipo, natureza e gravidade da violação.

Sétima

Cabe à Sociedade Martins Sarmento contratar e manter actualizado o seguro contra incêndio do prédio, pelo valor adequado, actualizado anualmente.

2) No âmbito da cooperação técnico-científica com a Universidade do Minho, a Sociedade Martins Sarmento compromete-se a garantir o acesso dos

investigadores da Universidade aos seus acervos bibliográfico, arquivístico e museológico, bem assim como aos sítios e monumentos arqueológicos por si detidos e/ou administrados.

- 3) A Sociedade Martins Sarmento propõe-se, também, criar uma estrutura de acompanhamento da Unidade Cultural a instalar pela Universidade do Minho, com vista a assegurar o funcionamento dos respectivos serviços administrativos e auxiliares, para o que orçamentará semestralmente as verbas necessárias. Compromete-se, ainda, a apetrechar a Unidade Cultural com equipamento destinado à digitalização de documentos.
- 4) A Câmara Municipal de Guimarães obriga-se, nos termos de compromisso anteriormente assumido com a Sociedade Martins Sarmento, a concluir, no máximo, até ao final do ano de 2003, a recuperação do edifício onde se instalará a Unidade Cultural, garantindo à Universidade do Minho a faculdade de acompanhamento das obras. Compromete-se também a apoiar o funcionamento da Unidade Cultural com uma subvenção anual de 17.000 euros, actualizável mediante negociação entre as partes.
- 5) A Universidade do Minho obriga-se a acolher e tratar, na Unidade Cultural, o fundo documental sobre Gil Vicente de que a Câmara Municipal de Guimarães é proprietária, que será integrado no Núcleo de Estudos Vicentinos, obrigando-se a criar condições para a sua consulta e divulgação, bem assim como a promover e apoiar projectos de investigação sobre a temática vicentina. Obriga-se também a apoiar, no âmbito das suas competências técnico-científicas, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.
- 6) As modalidades da colaboração prevista no presente protocolo poderão ser objecto de regulamentação específica a estabelecer entre as partes.

Assinado na Universidade do Minho e no Largo do Paço, a 28 de Janeiro de 2002.

Universidade do Minho, *Licínio Chainho Pereira* (Reitor)

Sociedade Martins Sarmento, *Joaquim António dos Santos Simões* (Presidente da Direcção)

Câmara Municipal de Guimarães, *António Magalhães* (Presidente)